

## I. Introdução

Leôncio Martins Rodrigues  
Adalberto Moreira Cardoso

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM., and CARDOSO, AM. Introdução. In: *Força sindical: uma análise sociopolítica* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 1-6. ISBN: 978-85-7982-020-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## I. INTRODUÇÃO

Nos dias 8, 9 e 10 de março de 1991 surgia mais uma central sindical no país: a Força Sindical. Seu logotipo, fugindo da simbologia habitual dos movimentos operários e dos sindicatos, é uma flor, uma flor amarela no interior de um sol vermelho. O girassol – como expressou seu presidente e idealizador, Luiz Antônio de Medeiros – representa a vida, enquanto o sol, representa a fonte de vida, a energia que dá a força, a luz que guiará a nova central ao seu grande destino.

A Força Sindical, como outras entidades de trabalhadores, surgiu com um projeto ambicioso: mudar a sociedade, mudar o Brasil. Mas mudança, aqui, não remete aos projetos do sindicalismo ocidental em suas épocas heroicas. Se é verdade que, então, se desejava uma nova sociedade, esta se identificava geralmente com o socialismo, onde a classe operária – fundamentalmente os trabalhadores manuais – assumiria o poder político, eliminando os burgueses exploradores, os aristocratas ociosos, o clero mistificador, os militares opressores e outros parasitas do trabalho alheio. A Força Sindical, ao contrário, propõe-se lutar pelo capitalismo. A mudança se referiria ao conteúdo do capitalismo que existiria entre nós. A nova sociedade desejada pela Força Sindical, como diz seu programa, seria “uma sociedade moderna, com base na competição, prosperidade, produtividade, democracia e participação”.<sup>1</sup> A Força Sindical se apresenta como contrária ao “capitalismo selvagem”, que se basearia na prática dos cartéis e monopólios e na busca dos favores e benesses do Estado. Seu ideal é uma economia de mercado mais aberta, nos quadros de uma “sociedade moderna, competitiva, democrática, competente e progressista”, livre da corrupção e do paternalismo estatal. Em lugar da transição do capitalismo para o socialismo, como pretende a Central Única dos Trabalhadores, sua principal rival, a Força Sindical luta pela “transição do capitalismo selvagem para uma sociedade moderna, avançada e competitiva”.<sup>2</sup> Para se chegar a uma tal sociedade, mais moderna, democrática e igualitária, a Força Sindical defende uma “distribuição mais justa da renda nacional, a democratização das relações sociais, econômicas e políticas e a retomada do

---

<sup>1</sup> “Os Princípios da Força”, *Força Sindical*, ano I, n° 1, junho de 1991, p. 37.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 39.

desenvolvimento com justiça social”. Esses objetivos implicariam uma maior participação dos trabalhadores nos sistemas decisórios, “ao lado dos governantes e dos representantes das forças políticas e empresariais”, que a Força Sindical não pretende excluir.<sup>3</sup> De modo mais sintético: a Força Sindical incorpora os principais componentes de um “liberalismo social” (embora o termo não seja utilizado) com vistas a uma sociedade democrática no interior da qual um espaço importante deveria ser reservado aos trabalhadores, tanto do prisma político (participação nas decisões e órgãos deliberativos do Estado) como do prisma econômico (ampliação da participação dos assalariados n.t renda nacional).

No plano trabalhista, a Força Sindical pronuncia-se contra a estrutura corporativa e contra a intervenção do Estado nas relações entre empregados e empregadores e a favor de um sindicalismo “independente, pluralista, democrático e apartidário”, defendendo a implantação do contrato coletivo de trabalho, a livre negociação, a liberdade e a autonomia sindicais, a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a organização sindical nos locais de trabalho. No plano social, a Força Sindical reivindica a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a cogestão e uma distribuição mais justa da renda nacional.

No plano econômico, a Força Sindical defende uma reforma agrária “sem ideologização da luta”, com aproveitamento das terras devolutas,<sup>4</sup> a defesa das empresas públicas estratégicas, insistindo, contudo, que se faz necessária a reforma do Estado e a revisão de sua atuação, assim como das estatais, que só “servem de cabide de emprego”.<sup>5</sup>

No plano político-institucional, a Força Sindical pronuncia-se a favor do parlamentarismo e assume uma posição pluralista, favorável ao fortalecimento das centrais sindicais, das associações empresariais, dos partidos políticos e de todas as formas de organização social necessárias para o desenvolvimento democrático.

---

<sup>3</sup> *Idem, passim.*

<sup>4</sup> Trata-se de uma posição radicalmente contrária à defendida pela CUT, que prega a reforma agrária “sob controle dos trabalhadores”.

<sup>5</sup> Porém, o “Programa de Lutas e Estratégias de Ação” da Força Sindical explicita que se deve opor à redução do quadro de funcionários “através da demissão dos mesmos”, pois não será “através do desemprego que se conseguirá levar adiante o desenvolvimento e a paz social de que o país tanto necessita”.

A questão ecológica, habitacional e educacional, a formação da mão de obra, as reivindicações femininas e a organização da mulher trabalhadora, o cooperativismo e o mercado informal são outros temas destacados no programa de lutas da Força Sindical.

A defesa das “empresas públicas estratégicas”, a reivindicação da participação dos trabalhadores na gestão da previdência social ao lado de demandas mais gerais – que envolvem segmentos sociais mais amplos do que os trabalhadores – indicam que a Força Sindical quer ir mais longe do que um simples *business union*, ou seja, um sindicalismo de negócios, orientado fundamentalmente para a defesa corporativa de grupos de trabalhadores. Desse ângulo, há um toque socialdemocrata no programa da Força Sindical, que pretende compatibilizar a economia de mercado com certo intervencionismo na esfera social.<sup>6</sup>

Por outro lado, o apartidarismo da Força Sindical não deveria ser confundido com apoliticismo ou economicismo. Este ponto tem sido enfaticamente salientado por Medeiros já antes da formação da Força Sindical.<sup>7</sup>

Aceitando a economia de mercado, buscando modernizar o capitalismo e defendendo o pluralismo político, o programa da Força Sindical afasta-se consideravelmente dos de outras centrais sindicais, do passado e do presente. Em termos de seu conteúdo formal, a proposta programática da Força Sindical – que reflete basicamente as ideias defendidas há alguns anos por Medeiros – fica entre a liberal-democracia e a socialdemocracia. Não queremos dizer que a proposta socialista tenha sido, sempre, colocada, explícita ou implicitamente, pelas centrais anteriores e outros organismos de cúpula do movimento sindical, mas sim que nunca o liberalismo econômico, o pluralismo e a democracia representativa tinham sido afirmados tão vigorosamente no interior do sindicalismo brasileiro por uma central da importância da Força Sindical.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> A Força Sindical pede políticas habitacionais, educacionais, culturais, de saneamento, de habitação, de saúde, etc. orientadas para o conjunto da população pobre e grupos desprotegidos da sociedade brasileira: crianças, idosos, aposentados, etc.

<sup>7</sup> Por exemplo, em 1988, num debate com Lula, Medeiros declarava: “Eu jamais disse, em lugar algum, que sou apolítico. Eu faço política, que eu considero política sindical. Sou contra a partidarização dos sindicatos” (*Jornal da Tarde*, 27.4.88).

<sup>8</sup> Num passado não muito remoto, nos anos de 1961-64, o antigo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), embora não colocasse explicitamente o socialismo como meta, nem

A proposta da Força Sindical ganha maior nitidez quando a comparamos com a da CUT. Se a Força Sindical pretende-se “moderna, democrática, independente, apartidária, pluralista e latino-americana”, a CUT pretende-se “classista, democrática, autônoma, unitária, de massas e pela base”. Em oposição ao projeto “neoliberal”, a CUT oferece um projeto alternativo: a construção de uma sociedade socialista, resultado da conquista do poder político pela classe operária. O papel da CUT seria “fazer avançar a luta de classes”, sendo a greve geral “o principal instrumento da classe trabalhadora”. Enquanto a Força Sindical quer ficar nos marcos de um capitalismo modernizado e democrático, a CUT entende que, para se conseguir uma sociedade democrática, seria preciso superar o capitalismo e chegar ao socialismo. Assim, enquanto a Força Sindical aceita as privatizações dos setores não estratégicos, a CUT, embora considere necessário lutar pela democratização do Estado, entende que a ele cabe um “papel insubstituível [...] na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais”.<sup>9</sup> No final, diante do projeto “social-liberal” da Força Sindical, a proposta da CUT poderia ser classificada como socialista-democrática, o que não significa dizer socialdemocrática, corrente negada oficialmente por todas as facções existentes no interior da CUT.

Entre a Força Sindical e a CUT, se assim se pode dizer, situa-se a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), de conformação ideológica menos precisa. Nascida das divergências que separaram, de um lado, as

---

de longe entendia que os aspectos que considerava negativos na sociedade brasileira poderiam encontrar solução através da economia de mercado. Pelo contrário, o antigo CGT, sob influência dos comunistas e dos trabalhistas nacionalistas, propunha um programa das “reformas de base” (reformas agrária, bancária, urbana, judiciária, eleitoral, tributária e universitária, que implicavam maior centralização, maior participação do Estado, maiores restrições ao capital estrangeiro) como uma via para um “governo democrático, reformista e nacionalista”, sendo os inimigos principais os “imperialistas” e os “latifundiários”. Naqueles anos, o desenvolvimento econômico e a democracia seriam obtidos, não pelo encolhimento do Estado, mas pela sua expansão. No plano propriamente sindical, o CGT aceitava a estrutura sindical corporativa, e no plano político-institucional, era decididamente presidencialista. Sobre o CGT, ver Lucélia de Almeida Neves, *O CGT no Brasil, 1961-1964*, Belo Horizonte, Vega, 1981; e Sérgio Amad Costa, *O CGT e as Lutas Sindicais no Brasil*, São Paulo, Editora do Grêmio Politécnico, 1981 e, do mesmo autor, *Estado e Controle Sindical no Brasil*, S. Paulo, TAQ 1986.

<sup>9</sup> “Estratégia da CUT”, Resoluções do IV Congresso Nacional da CUT, 4 a 8 de setembro de 1991, p. 6”. A opção formal pelo socialismo foi aprovada no II Congresso e reafirmada no IV Congresso.

lideranças que formaram a CUT e, de outro, os sindicalistas dos dois partidos comunistas, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e de outros grupos mais moderados liderados por Luiz Antônio de Medeiros e Antônio Rogério Magri (que logo depois comporiam a tendência do chamado “sindicalismo de resultados”),<sup>10</sup> a proposta da CGT é mais dificilmente definível.<sup>11</sup> De modo muito esquemático: na medida em que a CGT não defende o socialismo e nem se manifesta claramente a favor da economia de mercado e da liberal-democracia, em termos programáticos essa central poderia ser situada politicamente numa posição intermediária entre a Força Sindical e a CUT. A Força Sindical estaria, assim, à direita da CGT. Obviamente, a Força Sindical rejeita esse tipo de colocação tradicional

---

<sup>10</sup> Para uma análise da trajetória de Luiz Antônio de Medeiros e do “sindicalismo de resultado”, ver: Adalberto Moreira Cardoso, *A Negação Contestada: Pragmatismo Sindical e Democratização*, São Paulo, 1992 (mimeo), especialmente o capítulo IV, “A Estratégia Sindical Pragmática”.

<sup>11</sup> Tal como a CUT, múltiplas tendências participaram da criação da CGT. Porém, algumas cisões foram afetando a natureza dessa central, apoiada muito fortemente sobre a estrutura sindical oficial e contando com o apoio de importantes confederações, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, etc. Quando de sua formação, a presença dos dois partidos comunistas, a rejeição da Convenção 87 da OIT e da pluralidade sindical, a defesa das empresas estatais, a posição favorável ao restabelecimento do poder normativo da Justiça do Trabalho e outras reivindicações lembram – de modo muito mais moderado – o corporativismo antiliberal do antigo Comando Geral dos Trabalhadores (mas, agora com um coeficiente bem fraco de nacionalismo) Para complicar o perfil inicial da CGT, havia no interior dessa central a linha do “sindicalismo de resultados”, mais próxima ideologicamente do sindicalismo norte-americano, patrocinada particularmente por Magri e menos enfaticamente por Medeiros. A saída dessa central dos comunistas (dos dois PCs) e do MR-8, o afastamento de Magri (que havia sido eleito presidente da CGT no tumultuado congresso de 1989) e a ascensão de Francisco Canindé Pegado do Nascimento à presidência (quando da ida de Magri para o Ministério do Trabalho e Previdência Social) alteraram novamente o perfil da central, mas não contribuíram para sua melhor caracterização ideológica. A CGT defende, além de demandas pontuais, um sindicalismo sem subordinação partidária, a unidade de ação com as outras centrais, o diálogo com o governo e empresários, o parlamentarismo, procurando principalmente pressionar o congresso através de uma atuação em forma de lobby, de propostas de anteprojetos de lei e de participação em comissões governamentais e legislativas. Em 1990, a CGT lançou a ideia dos Comitês de Ação Político-Parlamentar - (CAPP) “a fim de apoiar candidatos ao legislativo que assumam compromisso com um programa de trabalho não importando o partido”. Em 1991, um Programa Compromisso foi assinado com o PDC. Cf. *Os Rumos e Desafios do Sindicalismo*, resumos de palestras e debates organizados por Walter Tesch, do Instituto Nacional de Estudos e Formação Sindical da CGT, 1991. A atuação política mais ampla da CGT, todavia, contém uma marca nacionalista, como demonstra a resistência aos processos de privatização de empresas.

que localiza as posições ideológicas em torno do eixo direita-esquerda, sendo as posições de esquerda tanto mais acentuadas quanto mais favoráveis forem à intervenção do Estado, e as de direita tanto mais acentuadas quanto mais defenderem o liberalismo econômico. No entender dos seus fundadores, a Força Sindical, pelo contrário, seria a alternativa moderna, que escaparia do esquema direita-esquerda. A Força Sindical entende que a CUT representaria o “radicalismo estéril”, o “partidarismo inconsequente” e a CGT, a “proposta conservadora”, o “conformismo”. A ambição da Força Sindical é ser a central deste final de século pós-socialista, capaz de defender os interesses dos trabalhadores aqui e agora, sem relacionar as reivindicações imediatas à luta pelo socialismo, quer dizer, sem propostas utópicas que acabariam, na concepção da central, por conduzir ao “socialismo burocrático”. Desse ângulo, a Força Sindical marca, em seu discurso, um rompimento com as tradições corporativas, nacionalistas e socialistas das correntes mais militantes do sindicalismo brasileiro e parece mais adaptada às mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que estão marcando esse final de século. Mas, em compensação, ela nasce bem mais fraca do que as anteriores CUT e CGT, devendo tentar progredir num mercado já ocupado pelas centrais formadas na década passada. Por isso mesmo, conta com vantagens e desvantagens na competição com suas rivais, aspecto que será tratado no capítulo final, depois da apresentação dos dados que visam oferecer ao leitor um conjunto de informações sobre as características dos delegados que participaram do congresso de fundação e da Direção Nacional eleita nessa ocasião.